

APP-Sindicato: Av. Iguaçu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone: (41) 3026-9822 / Fax: (41) 3222-5261 | Site: www.appindicato.org.br | Facebook: @appindicato • Presidente: Walkiria Olegário Mazeto
Secretário de Comunicação: Daniel Nascimento Matoso | Secretária Executiva de Comunicação: Cláudia Gruber | Jornalistas: Fabiane Burmester (DRT 4305-PR), Gelinton Batista (MTB 8027-PR), João Paulo Nunes Vieira (DRT 11792-PR) e Luis Lomba (99667/92 - RJ). Diagramador: Rodrigo Romani (DRT 7756-PR) | Assistente Técnico: Luan P. R. de Souza.

Nº 1428

02 de abril de 2025

Privatizações: sob avanço de escolas privatizadas, educadores lutam para manter a gestão democrática

O processo de privatização coloca em risco os direitos sociais, a autonomia dos educadores e também dos estudantes

Nos últimos tempos a palavra “privatização” assombra milhares de brasileiros, palavra essa que tomou conta de veículos de comunicação, redes sociais e manifestações. O termo, que se refere à transferência do que é estatal para o domínio de iniciativas privadas, ganhou notoriedade no governo de Jair Bolsonaro.

A onda privatista avançou para diversos estados, ameaçando até o que é de direito constitucional do cidadão, como a educação pública. No Paraná, o desmonte educacional se iniciou com o projeto de militarização das escolas pelo governo de Ratinho Jr, que, não satisfeito, resolveu tramitar o projeto Parceiro da Escola para entregar 177 escolas públicas para a iniciativa privada.

Fato esse que se repetiu nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, todos com as mesmas características ideológicas: a violação da gestão democrática da educação.

O processo de privatização coloca em risco os direitos sociais, a autonomia dos educadores e também dos estudantes. Em São Paulo, o governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) concedeu à iniciativa privada as atividades de manutenção predial, alimentação escolar, jardinagem, limpeza e segurança para a concessão de 33 novos prédios escolares. O processo de privatização foi invalidado pela Justiça de São Paulo, mas a decisão foi revogada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em março de 2025.

Governos neoliberais e privatistas trabalham com modelos ideológicos de educação, prejudicando não apenas o ensino, mas a carreira de professores e a subjetividade dos estudantes.

A secretária Educacional da APP-Sindicato, Vanda Santana, acredita que esse modelo de educação está atrelado às políticas neoliberais da extrema direita. “A extrema direita está alinhada ao neoliberalismo e ao autoritarismo. Por serem projetos que retiram direitos da classe trabalhadora em



Foto: APP-Sindicato

Não Venda a Minha Escola. Não Venda a Nossa Escola. É a onda privatista avançando para diversos estados, ameaçando até o que é de direito constitucional do cidadão, como a educação pública de qualidade, laica e para todos. No Paraná, o desmonte educacional se iniciou com o projeto de militarização das escolas, o Parceiro da Escola, no governo Ratinho Jr. É a entrega e venda das escolas públicas para a gestão privada. Não Venda a Minha Escola.

benefício da acumulação capitalista, o avanço de governos de extrema-direita dão garantia de sustentabilidade às privatizações. Com seus métodos autoritários, repressivos e violentos, atuam contra qualquer forma de resistência da sociedade e dos defensores de um projeto democrático e popular em favor da população”, afirma Vanda.

Dentro do avanço neoliberal, as Parcerias Público Privadas (PPPs) ganham força, se beneficiando de recursos públicos, vistos como uma oportunidade de investimento e lucratividade para o setor.

“As privatizações fazem parte do projeto político e econômico dos neoliberais, tendo seu grande impulso nos anos 90. No Brasil, infelizmente, não se trata de uma onda, mas de um projeto bem estruturado que está avançando em diversos países. Estes governantes têm como ideologia o neoliberalismo. Por isso, as privatizações estão na lógica da acumulação de capital”, completa Vanda Santana.

O desmonte educacional no Brasil se alinha a esse projeto imposto pela extrema-direita, promovendo o lucro privado e sinalizando um novo modelo de educação ideológico, com métodos de repressão e um ideal político que fere o projeto de educação gratuita e de qualidade que visa emancipar os estudantes.

Em Assembleia Ordinária, educadores aprovam relatório de atividades e balanço financeiro de 2024

Durante a noite da última sexta-feira (28), a APP-Sindicato realizou a Assembleia Estadual Ordinária de Prestação de Contas.

De forma virtual, a Assembleia discutiu a Apreciação dos balanços financeiro e patrimonial de 2024, apreciação do relatório geral de atividades políticas e sindicais de 2024 e aprovação do plano anual de aplicação orçamentária para 2025. Os educadores aprovaram os relatórios apresentados na Assembleia.

Os relatórios apresentados foram analisados pelo Conselho Fiscal antes de serem apresentados na Assembleia. Vale lembrar que entre as despesas estão pagamento de funcionários, ações e mobilizações, realização de Assembleias e Congressos e outros.

Já no balanço de atividades, a APP apresentou todas as lutas realizadas no ano de 2024, como a campanha salarial, aplicação do piso nacional salarial para educadores e as atividades do movimento “Não Venda a Minha Escola”.

Os documentos estão disponíveis para a apreciação dos sindicalizados na área do sindicalizado (menu Minha Sindicalização do site da APP), na aba “prestação de contas”.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA REGIONAL ORDINÁRIA DO NÚCLEO SINDICAL DE PONTA GROSSA

O Presidente do Núcleo Sindical de Ponta Grossa no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os/as Trabalhadores/as em Educação Pública sindicalizados/as, para Assembleia Regional Ordinária a realizar-se de forma virtual no dia 09/04/2025, às 18h15min em primeira convocação e às 18h45min em segunda convocação, através de um link a ser encaminhado via grupo de Whatsapp mais próximo a data, com a seguinte pauta: 1. Apreciação dos Balanços Financeiro e Patrimonial Gerais de 2024; 2. Apreciação do Relatório Geral de Atividades Políticas e Sindicais de 2024; 3. Aprovação do Plano Anual de Aplicação Orçamentária para 2025.

Tércio Alves do Nascimento
Presidente do Núcleo Sindical de Ponta Grossa

ASSEMBLEIA REGIONAL EXTRAORDINÁRIA DO NÚCLEO SINDICAL DE PONTA GROSSA

O Presidente do Núcleo Sindical de Ponta Grossa no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os/as Trabalhadores/as em Educação Pública sindicalizados/as, para Assembleia Regional Extraordinária a realizar-se de forma virtual no dia 09/04/2025, em ato contínuo da assembleia ordinária, através do mesmo link, com a seguinte pauta: 1. Informes e encaminhamentos;

Tércio Alves do Nascimento
Presidente do Núcleo Sindical de Ponta Grossa